DOI 10.20504/opus2024.30.18

“O tempo rodou num instante”: ensaio-travessia nos versos da canção *Roda viva*, de Chico Buarque de Hollanda

Alexsander Fleming Da Silva
https://orcid.org/0009-0007-6026-8016
(Universidade Federal de São João-del Rei, UFSJ/ Departamento de Artes da Cena, São João del-Rei – Minas Gerais, Brasil)

Heleniara Amorim Moura
https://orcid.org/0000-0003-4970-1353
(Universidade Federal de São João-del Rei, UFSJ/ Departamento de Artes da Cena, São João del-Rei – Minas Gerais, Brasil)

Resumo: O texto aqui proposto é uma travessia nos versos da canção *Roda viva*, de Chico Buarque de Hollanda, acompanhada pelos acontecimentos históricos do Brasil em dois tempos diferentes: a ditadura militar (1964–1985) e o governo do presidente Jair Messias Bolsonaro (2019–2022). Num movimento não linear e oscilatório por acontecimentos recentes e antigos, entre apagamentos e rastros, buscamos compor a percepção da proximidade do presente com as forças fascistas, antidemocráticas e conservadoras existentes em determinados grupos sociais e políticos de nosso país, resquícios da ditadura vivida, cuja força violenta ainda nos impele para o perigo de um passado de censura, torturas e mortes. A abordagem textual é benjaminiana porque revisita o passado a partir dos restos e fragmentos presentes nos versos de *Roda viva* e de sua relação com o tempo histórico, trazendo a letra da música como um coro da peça homônima à canção, numa verdadeira “roda viva” de fatos, violências e opressões.

Palavras-chave: Roda viva. Chico Buarque de Hollanda. ditadura militar. bolsonarismo. opressão.

“Time Passed in an Instant”: An Essay Traversing the Lyrics of *Roda Viva* by Chico Buarque de Hollanda

Abstract: The paper is a traversal of the lyrics of the song *Roda Viva* by Chico Buarque de Hollanda, accompanied by the historical events of Brazil in two distinct periods: the military dictatorship (1964-1985) and the government of President Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). In a non-linear and oscillatory exploration between recent and past events, erasures and traces, we seek to illuminate the connections between the current moment and the fascist, anti-democratic, and conservative forces existing in certain social and political groups in Brazil —remnants of the dictatorship experienced, whose violent legacy still propels us toward the danger of a past of censorship, torture, and death. The textual approach is Benjaminian, as it revisits the past through the fragments and remnants embedded in the lyrics of *Roda Viva* and its relationship with historical time, bringing the song’s lyrics as a chorus to the theatrical play of the same name, creating a genuine “*roda viva*” [merry-go-round] of facts, violence, and oppression.

Keywords: *Roda viva*, Chico Buarque de Hollanda, military dictatorship, Bolsonarism. Oppression.

DA SILVA, Alexsander Fleming; MOURA, Heleniara Amorim. “O tempo rodou num instante”: ensaio-travessia nos versos da canção Roda viva, de Chico Buarque de Hollanda. *Opus* (Assoc. Nac. Pesqui. Pós-Grad. Música), Vitória, v. 30, e243018, p. 1-14, 2024.
http://dx.doi.org/10.20504/opus2024.30.18
Recebido em 13/7/2024, aprovado em 24/10/2024, publicado em 17/12/2024

Tantas vezes foram repetidos os versos que compõem a canção *Roda viva*, de Chico Buarque de Hollanda, em tantos momentos diversos de nossa história e de nossa vida. Escrita para a peça homônima que foi levada à cena em 1968, com a direção de José Celso Martinez, a música foi anteriormente apresentada em um dos mais famosos festivais da canção daquela década.

Roda mundo, roda-gigante
Rodamoinho, roda pião
O tempo rodou num instante
Nas voltas do meu coração
(Chico Buarque, refrão de *Roda viva*)

A plateia presente no auditório da TV Record ouviu a canção e cantou em lágrimas os versos do refrão com o cantor e autor, que era acompanhado pelo grupo musical MPB4. As imagens podem ser vistas em diversas reproduções presentes nas plataformas digitais, e a reprodução desse momento já foi assistida milhares e milhares de vezes. À época, Chico Buarque já era conhecido pelo sucesso da composição *A banda*, canção que projetou sua carreira de maneira avassaladora no Brasil e no mundo. Nas palavras do Suplemento Literário do *Estado de S.Paulo* de fevereiro de 1968:

> Roda viva é, nesse sentido, o oposto de A banda. A princípio, foi samba pouco ouvido. Não lhe deram muita bola. É certo que nunca chegou a ser considerado um equívoco na carreira do seu autor. Mas, de início, foi considerado inferior à A banda. Quase todos acharam justo o terceiro lugar que lhe outorgaram no 3º Festival da TV Record. Agora, não. A força de comunicação desse samba – que se foi impondo, quase preguiçosamente, à sensibilidade geral – já fez dele um dos momentos indiscutíveis da música popular brasileira de todos os tempos[1].

A canção não é somente entrecortada por diversos tempos e narrativas, mas também pelas páginas infelizes de nossa história, especialmente em tempos de silenciamento, dor, angústia, repressão e violência. Quando ecoam seus versos, ainda hoje, eles levam-nos às lembranças de medo, e uma nuvem do passado encobre o país. Uma “Roda viva” de tempos e espaços, de imposições fardadas, marcada por ausências e omissões da grande mídia e pela mão pesada de um Estado que buscou e busca apagar a nossa história. Ao tentar transformá-la em invisibilidade, a classe dominante deixa que novos monstros surjam nesse vazio.

Aos oito dias de janeiro de 2023, foram invadidos os Três Poderes da República por pessoas que se autointitulavam “patriotas”, vestidas, em sua maioria, com a camisa da seleção brasileira de futebol ou roupas em tons verde e amarelo. E, por não aceitarem o resultado das eleições presidenciais, produziram uma criminosa destruição do patrimônio público brasileiro ao invadirem o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal e o Palácio do Planalto, em Brasília. Na ação, peças artísticas que faziam parte da história do país foram dilapidadas em práticas violentas e hostis[2].

[1] O trecho é um fragmento da reportagem que se encontra na página sobre a canção *Roda viva*, no *site* do compositor. Disponível em: https://www.chicobuarque.com.br/obra/cancao/55. Acesso em: 5 fev. 2024.

[2] Notícias foram amplamente veiculadas pelos grandes jornais do país. Apenas para citar alguns dos veículos, destacamos o G1 (Terrorismo […], 2023), o portal Senado Notícias (Ataques […], 2024) e o jornal *Folha de S.Paulo* (Camazano, 2023).

O interesse principal desse movimento seria gerar uma desordem para que o exército fizesse uma intervenção militar e assumisse o poder por meio de um golpe, que tem sido investigado e apurado até agora, com mandados de prisão, quebras de sigilo e apreensão de documentos de pessoas que estiveram presentes, que organizaram, pagaram e orquestraram o movimento.

A eleição de 2022 foi uma eleição acirrada, na qual o candidato eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, do PT (Partido dos Trabalhadores), venceu com 50,90% dos votos contra 49,10% do então presidente Jair Messias Bolsonaro[3], do PL (Partido Liberal), porcentagem que equivale à diferença de pouco mais de dois milhões de votos. O mandato turbulento do candidato derrotado era sintoma da crise: houve problemas graves na gestão do enfrentamento à pandemia da Covid-19 e o país perdeu mais de 700 mil vidas; revelou-se um governo extremamente militarizado, marcado por desavenças com a imprensa e sufocando uma boa parte do setor artístico e cultural, com exceção do mercado sertanejo, que, juntamente com o agronegócio, sempre esteve ligado ao ex-presidente.

Nos noticiários, eram comuns manchetes sobre a miséria e a carestia que nos assolou, com pessoas à procura de ossos para fazer sopa, cozinhando à lenha por causa do valor excessivo do gás de cozinha, alta em todos os preços da cesta básica, combustíveis com preços inflacionados devido ao aumento do barril de petróleo internacional, o que elevou não somente o preço da gasolina, mas também o preço do óleo diesel e fez decolar os fretes de toda a malha rodoviária[4].

Uma característica marcante desse período foi a tensão entre os Três Poderes da República, que estavam em conflito. Muitas crises exigiram o julgamento do Supremo Tribunal Federal, o que levou governistas da extrema-direita a perseguir ministros da suprema corte, insuflando manifestações de rua nas quais os ministros do STF apareciam como vilões do país e placas com pedidos de intervenção por um golpe militar foram se tornando costumeiras.

Apesar de muitos problemas na economia e saúde, todos os eventos com o ex-presidente reuniram uma multidão de homens e mulheres, seja para motociatas, festividades cívicas, comícios e atos políticos. Sua grande força vinha principalmente pelo trabalho feito nas redes sociais: WhatsApp, Telegram e X (que antes se chamava Twitter) alimentavam todos os seguidores com informações e mensagens de feitos e acontecimentos do seu governo – informações nem sempre verdadeiras, muitas vezes apontadas como *fake news*.

Esses seguidores do ex-presidente se autodenominam "patriotas", defendem o conservadorismo e se dizem pautados nas bandeiras de Deus, Pátria e Família, o que nos leva a 1964, quando aconteceu a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, utilizando as mesmas cores, em tons verde e amarelo, contra os então inimigos "vermelhos". É compreensível que muitos seguidores do ex-presidente tenham aversão ou não concordem com os governos de esquerda; afinal, é comum opiniões divergentes sobre os mais diversos assuntos, porém é tema complexo entender o anseio de muitos pela intervenção militar. Afinal, o que ocorreu nesse período para que essas muitas pessoas o desejem tanto?

[3] Bolsonaro assumiu o cargo de presidente da República pela sigla do PSL (Partido Social Liberal) e anunciou sua saída do partido depois de diversas crises internas. Fracassou ao tentar fundar uma legenda própria, o Aliança Brasil, por falta de assinaturas exigidas pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e disputou a eleição de 2022 pelo PL (Partido Liberal).

[4] Notícias sobre esses fatos: Fila… (2021), Welle, Furno e Bastos (2022).

Que legado os militares deixaram para que exista uma parte da população que hoje tanto implora seu regresso? Em princípio, a falta de respostas para essas questões nos desloca para outro tempo, um tempo em que a “Roda viva” era redimensionada nas grandes redes de TV, que anunciavam o regime militar como um lugar de segurança econômica, 21 anos guardando o país. Agora, neste momento, *smartphones*, *tablets* e telas das mais diversas naturezas inventam um falso legado para o período da ditadura empresarial-militar em nosso país, mascaram generais torturadores como heróis e ditam a violência como força da pátria, vangloriando as armas nas mãos de civis, numa espiral de desilusão e desconforto.

Tem dias que a gente se sente
Como quem partiu ou morreu
A gente estancou de repente
Ou foi o mundo então que cresceu
A gente quer ter voz ativa
No nosso destino mandar
Mas eis que chega a roda-viva
E carrega o destino pra lá.
(Chico Buarque, primeira estrofe de *Roda viva*)

De modo geral, um governo ditatorial vem por meio de um golpe, e não pelo voto popular ou pela vontade da maior parte da população. Não foi diferente aqui no Brasil: durante 21 anos tivemos os militares no poder, período marcado por violação dos direitos humanos, autoritarismo e censura. No entanto, alguns historiadores têm apontado recentemente o papel do empresariado na ditadura militar instaurada em 1964. Como salienta Martina Spohr,

> Ao longo dos últimos anos, mais precisamente na última década, os estudos relacionados à participação do empresariado como protagonista no golpe de 1964 vêm ganhando fôlego. Fundada por René Dreifuss (2006), em seu livro seminal, *1964: a conquista do Estado*, a interpretação sobre a participação do empresariado aliado ao protagonismo militar no golpe de 1964 permitiu o avanço do debate acerca do caráter do golpe e, consequentemente, da natureza do regime implementado a seguir. Como aponta Pedro Campos (2020a), em artigo de balanço historiográfico, observamos atualmente o aprofundamento do conhecimento sobre a atuação do empresariado no período da ditadura brasileira. Marcadamente em 2014, com a constituição da Comissão Nacional da Verdade e sob a efeméride dos 50 anos do golpe, conformou-se uma linha historiográfica – da qual fazemos parte – que busca interpretar de maneira substancial a participação desses grupos no processo político brasileiro entre os anos 1964 e 1988 (recorte temporal definido por Lemos, 2014) (Spohr, 2024, p. 6).

Esses historiadores sustentam “a ideia de que o golpe de 1964 tenha sido um golpe de classe” (Spohr, 2024, p. 7) e denunciam o protagonismo do empresariado na violência da exploração, na quebra de direitos dos trabalhadores, na manutenção de denúncias que levavam à tortura e à morte. Outro ponto importante que caracterizou o período em que houve a ditadura empresarial-militar no Brasil foi a constituição de um aparato legal que destituía direitos básicos dos cidadãos. Quando os militares, acompanhados das classes dominantes, chegaram ao poder, para demonstrar legibilidade, decretaram os chamados Atos Institucionais.

> O Ato Institucional é um conjunto de leis de exceção decretadas durante os governos militares brasileiros. Lei de exceção significa lei que anula a constituição, lei que anula a democracia, lei que anula o Estado de Direito, lei que anula as possibilidades de defesa de um cidadão em caso de atos de injustiça. Um regime político que cria leis de exceção é um governo que torna legais todas as medidas necessárias para combater seus opositores políticos, com o objetivo de torná-los criminosos e foras da lei (Gonçalves, 2014, p. 19).

Durante os chamados “Anos de Chumbo”, foram escritas páginas que ainda permeiam as lembranças de muitas pessoas. Muitos lutaram contra o regime ditatorial: estudantes, docentes, sindicalistas, partidos que viviam na clandestinidade, organizações civis, entre outros grupos. Cidadãos que sentiram o peso da mão do Estado, sua opressão e violência e, mesmo assim, não desistiram. No entanto, sem esquecê-los, deter-nos-emos aqui nos artistas que, por meio do teatro e de canções, utilizavam a arte para expressar as mazelas do Estado repressor e conscientizar as pessoas sobre o momento de silenciamento e terror que vivíamos. Esses mesmos artistas foram responsáveis por passeatas e pela composição de obras artísticas que constituíam um arsenal de cultura contra a ditadura. No entanto, na sequência do AI-5, o Ato Institucional mais duro do período, “a violência estatal tornou-se ainda mais aguda, com notável aumento no número de mortos e torturados” (Motta, 2021, p. 183). O momento de repressão instaurado pelos militares levou ao exílio de artistas como Chico Buarque de Hollanda, Geraldo Vandré, Taiguara, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Jards Macalé, Jorge Mautner, Nara Leão, Raul Seixas e muitos outros que tiveram que abandonar o país.

Chico Buarque, durante o período, escreveu canções e peças teatrais, como *Roda Viva*, que alcançaram grande sucesso. A comédia musical de 1968, que continha em sua apresentação a canção homônima, foi um grande marco de resistência contra a ditadura militar, pois sobreviveu à invasão do teatro por grupos civis da repressão e à perseguição de militares ao elenco. Esses fatos culminaram na proibição da peça pela censura e impossibilitaram a realização completa da turnê em que os versos dessa canção seriam entoados incansavelmente nos teatros do país. As marcas dessa violência contra os artistas foram registradas em versos, metáforas e poesia. São os rastros da memória de um tempo de dor e angústia que não pode ser consumido na fogueira do esquecimento que devora lembranças e esconde feridas.

O samba, a viola, a roseira
Um dia a fogueira queimou
Foi tudo ilusão passageira
Que a brisa primeira levou
No peito a saudade cativa
Faz força pro tempo parar
Mas eis que chega a roda-viva
E carrega a saudade pra lá.
(Chico Buarque, segunda estrofe de *Roda viva*)

Durante o período militar brasileiro, foi realizada uma campanha massiva nas mídias sobre o falacioso “milagre econômico brasileiro”, mantido às custas do endividamento externo. Esses anos foram veiculados como tempos áureos por notícias manipuladas e controladas pela censura. No período, jornais e jornalistas críticos às ações do governo viram seus textos censurados, seus corpos perseguidos e

torturados – o caso de Vladimir Herzog[5] é o mais flagrante deles. Na fogueira ditatorial que proibia arte e informação, tudo era destruído pela "queima"[6] de arquivos, nada restaria liberto ao pensamento; sofreram artistas, intelectuais, professores.

Nas escolas de todo o país, foram introduzidas disciplinas como OSPB (Organização Social e Política Brasileira) e EMC (Educação Moral e Cívica), conteúdos que estimulavam o patriotismo cego por uma pátria de ordem e progresso. Por outro lado, foram excluídas sociologia e filosofia. Paulo Freire, grande educador brasileiro, criador da proposta da "pedagogia da libertação", foi exilado em 1967 no Chile, onde escreveu e publicou obras importantes como *Educação como prática da liberdade* e *Pedagogia do oprimido*. Os militares ainda tentaram o Movimento Brasileiro para a Educação (Mobral), que foi um grande fracasso (Costa; Subtil, 2016). Na mesma linha, a extrema-direita brasileira, em 2019, apresentou um projeto de lei para revogação da Lei n.º 12.612/12, que declarou o educador pernambucano Paulo Freire patrono da educação brasileira[7]. Muitos resquícios existem ainda nas escolas brasileiras, materializados inclusive em colégios militares espalhados pelo país. É importante compreender que o governo de Jair Bolsonaro foi um período marcado pelo incentivo às escolas cívico-militares, que, apesar de não estarem ligadas ao exército, prometiam, além das matérias curriculares tradicionais, o controle e comando das salas de aula. O *site* do MEC, em 2020, assim descrevia essas instituições:

> Na educação básica, a proposta é reforçar a disciplina em sala de aula, valorizando o dever de ofício do docente. Exemplo dessa gestão por excelência são as escolas cívico-militares, programa lançado em setembro. O professor continua a comandar a sala de aula, enquanto a organização e disciplina ficarão por conta de militares (Pera; Menezes, 2019, s.n.).

Nessa educação, o objetivo é impor aos jovens um padrão de comportamento obediente, com uma disciplina rígida, baseada no medo e que ainda "faz força pro tempo parar", como cantam os versos da canção. No entanto, a "roda viva" da censura encontra resistência. Jovens de todo país foram às ruas[8] contra a gestão autoritária do Ministério da Educação entre os anos de 2019 e 2021.

No entanto, no redemoinho de lutas em que emerge a história, muitos atores entram em cena e abrem as cortinas em busca da liberdade no presente e no passado. Também em finais de 1960, muitas pessoas foram às ruas lutar contra o regime ditatorial. Como lembrança marcante, citamos a Passeata dos Cem Mil[9], que mobilizou estudantes, intelectuais, artistas e outros setores da sociedade brasileira. Nesse

[5] Vladimir Herzog foi um jornalista brasileiro e professor que se tornou um símbolo da resistência contra a violência do regime que governou o país de 1964 a 1985. Sua morte sob tortura em 25 de outubro de 1975, nas dependências de um órgão de segurança do Estado, revelou ao mundo as práticas repressivas e brutais do governo militar, mobilizando toda a sociedade por uma imperativa busca por justiça e liberdade (Agência Senado, 2024).

[6] A destruição de documentos e materiais diversos durante a repressão militar no país foi citada na reportagem de Mariana Figueiras em 9 de novembro de 2017 (Filgueiras, 2017).

[7] Matéria sobre a revogação da Lei n.º 12.612/12: Junior (2019).

[8] Foram constantes os protestos nas ruas durante o governo de Jair Bolsonaro, sobretudo contra a censura do Ministério da Educação, além da imposição de normativas e resoluções autoritárias sem discussão com a classe estudantil e docente. As notícias veiculadas estão em Chaves (2019) e Vilela (2021).

[9] A Passeata dos Cem Mil foi uma manifestação de protesto em consequência da morte do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, em 28 de março de 1968. Edson Luís foi assassinado, com uma bala que atingiu o seu coração, por um agente policial. A manifestação, ocorrida em 26 de junho de 1968, reuniu mais de cem mil pessoas,

período, a classe artística também surge como uma grande força contra a repressão, sendo uma voz para mobilização e conscientização de que algo não estava como deveria. Nas músicas, metáforas e duplos sentidos iam vencendo as barreiras da censura.

> Uma efervescência cultural extremamente vivaz e prioritariamente coletiva revelava as possibilidades de transformação social e via-se na arte um instrumento de luta. Dessa maneira, a criação cultural foi um dos importantes polos de discussão da realidade nacional, interferência e resistência no período ditatorial. O teatro, a música, a poesia e muitas outras manifestações formaram um caleidoscópio de possibilidades que perpassou quase todas as discussões, questionamentos, expectativas sociais e transformações políticas. Sem dúvida, este foi um período no qual a criação artística floresceu de maneira intensa e nele foram elaboradas produções que servem de referência até os dias atuais, quando nos propomos a pensar arte no Brasil (Carvalho, 2010, p. 796).

Essa resistência explica a perseguição, censura e violência enfrentada pela arte e sua demonização ainda presente nos dias de hoje. Nesta última década, grande parte da classe artística passou por quatro anos de extremo combate contra o governo, que, apesar de ser civil, era formado em sua maioria por militares da ativa e da reserva, numa campanha massiva de críticas à Lei Rouanet – uma lei federal de incentivo à cultura. Segundo Bruno Nogueira (2023, p. 159),

> Em números, ao longo de quatro anos, a cultura perdeu 63% do orçamento da união. O Fundo Nacional de Cultura, que é o principal mecanismo governamental de cultura, teve o orçamento reduzido em 91%, e, como consequência disso, a participação da cultura no Produto Interno Bruto do país caiu para abaixo de 1%. […] Os dois primeiros anos do Governo Bolsonaro foram marcados por um engessamento da Agência Nacional de Cinema (ANCINE). Em quatro anos, o percentual de renda total do audiovisual caiu de 11,69% para 1,72%, e, ao final deste período, não há mais filmes nacionais em cartaz que atingem um público acima de 500 mil espectadores. Também diminuiu a presença em festivais internacionais, impactando um setor que é importante demarcador de identidade nacional.

Em meio a esses conflitos, a peça *Roda Viva*[10] foi levada aos palcos novamente em comemoração aos cinquenta anos de sua estreia, com a direção de José Celso Martinez Corrêa (mesmo diretor da peça em 1968). Nessa nova versão de 2018, modificações na representação construíram uma nova relação com o público, que passa a ser companheiro de trincheiras no enfrentamento a um governo autoritário e conservador cujo aparato das redes sociais e grandes mídias serviu para propagar informações infundadas entre a população. No entanto, essa blindagem midiática ao governo da família Bolsonaro ia para além da esfera cultural, encontrava-se também na esfera jurídica. Chico Buarque teve um grande imbróglio quando solicitou a remoção de sua música de uma propaganda da extrema-direita.

no centro da cidade do Rio de Janeiro, na região conhecida como Cinelândia, o que representou um dos mais significativos protestos no período ditatorial do Brasil (Santos; Silva, 2018).

[10] O título da peça é *Roda Viva*, com o uso da letra maiúscula na segunda palavra – diferente da grafia da canção, em que a palavra “viva” aparece em minúsculo. As variações do uso da maiúscula e minúscula, no entanto, se dão nas diversas citações e referências. Optamos por manter as citações com seu uso original.

> Chico argumentou que a música foi composta em um contexto de ditadura militar e citou que a peça de teatro *Roda Viva* sofreu ampla perseguição durante o período. O espetáculo, composto pelo cantor, foi inspirado na canção e encenado no Teatro Oficina sob a direção de José Celso Martinez Corrêa, o Zé Celso. A decisão aceitou o argumento do artista, dizendo que o uso feito por Eduardo não condiz com a trajetória de vida de Chico. "Trata-se de demanda de obrigação de fazer a reparação por danos morais, alegando o autor que sua música *Roda Viva* foi veiculada em publicação realizada pelo réu para fazer estranha acusação de censura a personagens da direita" (Legramandi, 2023, n.p.).

O caso repercutiu em jornais do país ao circular nos trâmites legais, pois Chico Buarque foi chamado a apresentar provas de autoria da sua canção[11]. Em tempos em que a indústria de produção de *fake news* da extrema-direita brasileira exerce uma influência gigantesca nas redes, no seio do Estado, havia também o movimento da força invisível do autoritarismo. O processo levado por Chico Buarque para retirar a canção da propaganda de políticos que defendiam os algozes da ditadura militar teve um primeiro parecer surreal ao ter a autoria da canção questionada.

> Os advogados de Chico apontaram "omissões e obscuridades" da juíza. "Em se tratando de direitos autorais, não há que se falar na necessidade de apresentação de registro para que se pleiteie a sua proteção em qualquer esfera." Amparados no Código de Processo Civil, argumentaram que, quando a autoria é um "fato público e notório", não exige comprovação específica.
> "Trata-se de uma das músicas mais marcantes da cultura popular brasileira e da história das canções de protesto", reforçou a defesa, citando questões de vestibular e o próprio *post* de Eduardo Bolsonaro, que atribuiu o fonograma a Chico Buarque (Leal, 2022, n.p.).

No texto publicado pelo jornal *Estado de Minas*, a notícia destaca a resposta de José Celso Martinez ao incidente: "Isso é o óbvio ululante, como diria Nelson Rodrigues", disse o diretor do Teatro Oficina. "Posso ser testemunha em qualquer situação. […] É pior do que a ameaça de golpe militar. É uma ode à *fake news*" (Martinez *apud* Leal, 2022, n.p.). Esse revés jurídico levou a uma ampla defesa do músico e sua petição foi acatada, recebendo o autor uma indenização. A constante presença da classe artística em meio a momentos de turbulência nos remete à resistência em meio à barbárie.

A gente vai contra a corrente
Até não poder resistir
Na volta do barco é que sente
O quanto deixou de cumprir
Faz tempo que a gente cultiva
A mais linda roseira que há
Mas eis que chega a roda-viva
E carrega a roseira pra lá
(Chico Buarque, terceira estrofe de *Roda viva*)

Roda viva, metaforizada a partir de diversos significados que emergem de contextos históricos diferentes, mas que fazem permanecer resquícios de uma ditadura que seguia velada nas redes e mídias, escondida no anonimato de perfis violentos e fascistas. Em tempos sombrios, Walter Benjamin, filósofo alemão, considerado um dos maiores pensadores do século XX, escreveu que

[11] O relato completo do fato foi veiculado em várias mídias do país, apenas para citar algumas delas, trazemos artigo publicado na ConJur (Juíza […], 2022) e no jornal *Estado de Minas* (Leal, 2022).

> Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo (Benjamin, 1994, p. 225).

Benjamin nos chama a um olhar mais atento não apenas para o passado, mas também para o tempo presente, pois os rastros de hoje podem nos levar ao entendimento e descobertas do passado. Esse escovar a contrapelo, mencionado nos conceitos de Benjamin, constrói-se a partir do quanto o presente pode nos revelar sobre o passado. Os vencedores de batalhas sempre contam a história a seu modo, exaltando aquilo que dá motivo de orgulho e apagando as memórias violentas da conquista, os campos de batalha e os corpos. Benjamin ainda escreveu:

> A natureza dessa tristeza se tornará mais clara se nos perguntarmos com quem o investigador historicista estabelece uma relação de empatia. A resposta é inequívoca: com o vencedor. Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. Isso diz tudo para o materialista histórico. Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror (Benjamin, 1994, p. 225).

Jeanne Marie Gagnebin, em seu texto *Apagar os rastros, recolher os restos*, explica que o conceito de rastro “é caracterizado por sua complexidade paradoxal: presença de uma ausência e ausência de uma presença” (Gagnebin, 2012, p. 27). Nesse sentido, Benjamin delineia como a concepção individualista e burguesa constituiu, dentro da história, sua existência na terra, seja nas construções arquitetônicas, seja nas produções artísticas e econômicas.

> Na reflexão de Benjamin, o estatuto paradoxal do “rastro” remete à questão da manutenção ou do apagamento do passado, isto é, à vontade de deixar marcas, até monumentos de uma existência humana fugidia, de um lado, e às estratégias de conservação ou aniquilamento do passado, do outro (Gagnebin, 2012, p. 27).

Assim, por um lado, há a instituição de monumentos, acontecimentos e ações demarcadas pelos que imperam no poder. Esse estatuto histórico traz também os instrumentos para o apagamento. Durante o governo militar das décadas de 1960 e 1970, muitas obras faraônicas foram feitas: empreitadas de infraestrutura num modelo desenvolvimentista com obras públicas e estatais gigantescas nas áreas de transporte, energia e estratégia militar. Apenas para citar algumas: Rodovia Transamazônica, hidrelétricas de Tucuruí, Itaipu, Ponte Rio-Niterói, Usinas Nucleares Angra 1 e 2, Ferrovia do Aço, entre outras.

Em suas engrenagens, encontram-se as marcas da devastação de florestas, da desapropriação de terras de povos ribeirinhos e indígenas, do sangue derramado nas câmaras de tortura. Em cada peça da modernização laureada pela ditadura empresarial-militar, compõe-se um quadro violento de censura e opressão. No entanto, a memória desse período vem à tona nas narrativas coletivas dos torturados, nas canções de resistência dos artistas, nos registros fotográficos de cartazes e faixas que foram empunhados pelos estudantes nas ruas ou escritas nos muros da cidade. Os rastros são também uma forma de resistência ao esquecimento, permitindo que aspectos do passado sejam revisitados e reinterpretados. É

uma lembrança que ressoa com a história e a experiência acumulada, sendo talvez essa uma distinção central para a análise de Benjamin sobre como o passado influencia o presente.

De forma semelhante, o esporte foi extremamente utilizado como campanha a favor do regime, conquistas no futebol e nas olimpíadas eram usadas como força propulsora para gerar na população um sentimento de otimismo. O governo criou um financiamento em massa para a compra de televisores e propagandas com *slogans* como “Brasil: ame-o ou deixe-o!”, ostentados em objetos e nas janelas dos automóveis, impressas nos veículos das empresas de transportes de valores. Em especial, um desses *slogans* sujeitava ao exílio aqueles que aqui não estivessem para servir ao Estado: “Quem não vive para servir ao Brasil não serve para viver no Brasil” (Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2007, n.p.). Havia, nesse sentido, um conjunto de fatos construídos sob a égide ficcional de que o país vivia uma verdade tropical e não ditatorial. Ideais da beleza natural do país eram tecidos nos versos de algumas canções em meio a um nacionalismo romantizado e irreal. Exemplo é a canção de Miguel Gustavo *Pra Frente Brasil*, música que foi quase um hino da torcida e dos militares que representavam a mão do Estado.

Noventa Milhões em Ação
Pra Frente Brasil
Do Meu Coração
Todos juntos vamos
Pra Frente Brasil
Salve a Seleção!
De repente é aquela corrente pra frente
Parece que todo Brasil deu a mão
Todos ligados na mesma emoção
Tudo é um só coração
Todos juntos vamos
Pra frente Brasil! Brasil!
Salve a seleção[12]!

Até mesmo exigir a convocação de jogadores fazia parte do processo para ajudar com a opinião pública e incluir times no campeonato de futebol por meio da CBD (Confederação Brasileira de Desportos) para atender a políticos. Algo semelhante também ocorreu no governo da extrema-direita em 2018, quando vários esportistas ligados ao futebol se declararam a favor do presidente Jair Bolsonaro.

Apesar desse “crescimento mágico” de outrora, do sucesso no campo esportivo e de uma aparente alavancagem na economia, o ônus também veio de forma impactante, pois a dívida do Brasil com os governos e os bancos estrangeiros é equivalente a 53,8% de seu PIB (Fiuza, 2014). Seus números refletem-se em outros números mais hostis advindos de mortes e torturas de centenas de pessoas no país. Nesse sentido, o rastro evoca um convite à reflexão sobre as experiências que moldaram a atualidade. Assim, era necessário observar como os acontecimentos foram e são forjados por esses ditadores do passado e do presente, às custas de um nacionalismo falacioso fomentado sobretudo pelas classes dominantes.

[12] Hino da copa de 1970, do compositor Miguel Gustavo. Os versos foram retirados das reproduções do *site Música e História.* Fonte: https://www.musicaehistoria.com.br/2022/03/24/miguel-gustavo-100-anos-do-autor-de-pra-frente-brasil/. Acesso: 12 abr. 2024.

Jeanne Marie Gagnebin menciona o texto de Emmanuel Lévinas para o entendimento de um rastro autêntico: "[…] aquele que quis apagar seus rastros, no cuidado de realizar o crime perfeito. Aquele que deixou rastros ao querer apagá-los nada quis dizer nem fazer pelos rastros que deixou" (Gagnebin, 2012, p. 31). Em meio a esses rastros, recolhemos os despojos de 21 anos desse governo ditatorial no país, seguidos recentemente por quatro anos de uma repetição dos lampejos fascistas. É no próprio contexto oficial que encontramos os rastros deixados pelos ausentes da história que, mesmo no silenciamento da censura, encontram formas de deixar seus vestígios. Censura essa que esteve mais vívida do que nunca entre 2018 e 2021, quando espetáculos foram proibidos em diversas cidades cujo poder político estava nas mãos da extrema-direita. Nesse período, como já citado anteriormente, os retrocessos nas políticas de cultura do país chegaram a índices desanimadores[13].

A roda da saia, a mulata
Não quer mais rodar, não senhor
Não posso fazer serenata
A roda de samba acabou
A gente toma a iniciativa
Viola na rua, a cantar
Mas eis que chega a roda-viva
E carrega a viola pra lá
(Chico Buarque, quarta estrofe de *Roda viva*)

Se o presente guarda um movimento de destruição da obra de arte por abandono, proibição ou esquecimento, o passado guarda a morte nos corpos ausentes que ainda reivindicam seus túmulos e nomes nas lápides, nos corpos exilados que ainda vivos guardam lembranças desses tempos de opressão. Publicado pela Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, o livro *Direito à memória e à verdade* traz a informação de que 475 militantes tiveram sua morte simulada ou morreram sob tortura durante a ditatura empresarial-militar no país; esse número pode ser exponencialmente maior se levarmos em conta o fato de uma ausência de compilação estatística rigorosa, assim como o medo de familiares que não deram queixas de desaparecimento.

> No Brasil, a radiografia dos atingidos pela repressão política ainda está longe de ser concluída, mas, conforme levantamento da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da SEDH-PR, sabe-se que pelo menos 50 mil pessoas foram presas somente nos primeiros meses da ditadura militar e cerca de 20 mil brasileiros passaram por sessões de tortura. Além disso, existem 7.367 acusados e 10.034 atingidos na fase de inquérito em 707 processos judiciais por crime contra a segurança nacional; sem falar nas milhares de prisões políticas não registradas, nas quatro condenações à pena de morte, nos aproximadamente 130 banidos, nos 4.862 cassados, nas levas de exilados e nas centenas de camponeses assassinados (Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2007, n.p.).

[13] Segundo Rubim (2021, p. 39): "A gestão Messias Bolsonaro elegeu a cultura como inimiga, em conjunto com educação, ciências, artes, universidades públicas e temas relativos às mal denominadas minorias, em especial às suas manifestações de gênero, afro-brasileiras, LGBT e dos povos originários. No caso da cultura, o governo se caracteriza por agressões às liberdades de criação e de expressão, pelo retorno da censura; pelo desmonte das instituições culturais; pela demonização da cultura e das artes e pela deliberada atuação no sentido de asfixiar financeiramente a cultura".

Em meio a tantos que sofreram, a classe artística enfrentou a censura e a repressão em praticamente todo o período da Ditadura, sendo muitos nomes importantes do país exilados e perseguidos em solo nacional. Peças de teatro e músicas eram acompanhadas de perto pelos militares, que, por muitas vezes, usavam a força bruta para impedir apresentações e a divulgação de trabalhos. Ainda assim, foi um período de luta pela liberdade; canções com sentido duplo e peças com temas enviesados eram uma constante como força de oposição e conscientização. Muitos artistas sofreram torturas e censura prévia, mas resistiram. Neste instante, a extrema-direita ainda age de maneira a difamar e tentar boicotar peças e apresentações artísticas, filmes e cantores. Nas redes sociais, esses grupos buscam, de maneira articulada, disseminar o preconceito contra a arte e usam como arma o conservadorismo religioso para destruir projetos e trabalhos.

Ainda é difícil compreender como existem pessoas que desejam a intervenção militar ou um governo ditatorial. A grande mídia continua a alimentar as mentes daqueles que acreditam na democracia burguesa. O presente só pode ser apreendido sob a ótica dos acontecimentos passados. Muitas pessoas conhecem a Ditadura instaurada em 1964 pelos comentários televisivos da época, que manipularam a realidade por meio de propagandas positivas sobre o país e que atribuíam aos mortos e desaparecidos a alcunha de terroristas: homens e mulheres subversivos que atrapalhavam a sociedade. Outros conhecem bem a ditadura e a defendem porque ainda vivem de alguma forma pelas benesses desse período que tanto privilegiou militares e grandes empresários que retiraram direitos e aumentaram a distância entre ricos e pobres. Neste ponto, importa saber em qual lado da história nos posicionamos, de qual lado da trincheira colocamos o aparato de nossas palavras, para que, assim, possamos nos apropriar “de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo” (Benjamin, 1994, p. 224). A canção ainda ecoa seu refrão, e seus versos rodam mundo, rodam gigantes nas voltas do coração de centenas de brasileiros que almejam ainda a tão sonhada democracia.

Referências

AGÊNCIA SENADO. Comissão de Defesa da Democracia vai homenagear o Instituto Vladimir Herzog. *Senado Notícias*, 8 jul. 2024. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/07/08/comissao-de-defesa-da-democracia-vai-homenagear-o-instituto-vladimir-herzog. Acesso em: 11 jul. 2024.

ATAQUES de 8 de janeiro tiveram reflexo na agenda legislativa em 2023. *Senado Notícias*, 5 jan. 2024. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/01/05/ataques-de-8-de-janeiro-tiveram-reflexo-na-agenda-legislativa-em-2023.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORGES, Jorge Luis. Pierre Menard, autor del Quijote. *In*: BORGES, J. L. *Obras completas*. Buenos Aires: Emecé Editores, 1974. p. 444-450.

CAMAZANO, Priscila. Entenda os ataques golpistas de 8 de janeiro e seus desdobramentos. *Folha de S.Paulo*, 31 jul. 2023. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/02/entenda-os-ataques-golpistas-de-8-de-janeiro-e-seus-desdobramentos.shtml.

CARVALHO, Jacques Elias de. O Brasil da resistência artística por meio da cena teatral: Roda Viva (1968) de Chico Buarque. *In*: ENCONTRO DE HISTÓRIA DE MATO GROSSO DO SUL, 10.; SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA; SEMANA DE HISTÓRIA DA UFMS/CPTL, 13., 2010. *Anais* […]. Campo Grande: UFMS, 2010. Disponível em: https://ndh-cptl.ufms.br/wp-

anais/Anais2010/Aceitos%20em%20ordem%20alfabetica/Jacques%20Elias%20de%20Carvalho.pdf. Acesso em: 12 mar. 2024.

CHAVES, Thais. Em 2019, estudantes foram às ruas contra a política de Bolsonaro. *Carta Capital*, 24 dez. 2019. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/educacao/em-2019-estudantes-foram-as-ruas-contra-a-politica-de-bolsonaro/.

COSTA, Regis Clemente da; SUBTIL, Maria José Dozza. A Ditadura Militar no Brasil e a proibição do ensino de filosofia: entre o tecnicismo e a subversão política. *Imagens da Educação*, v. 6, n. 2, maio/ago. 2016. DOI: https://doi.org/10.4025/imagenseduc.v6i2.28805. Acesso em: 10 fev. 2024.

FILA para conseguir doação de ossos é flagrante da luta de famílias brasileiras contra a fome. *Fantástico*, 25 jul. 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/07/25/fila-para-conseguir-doacao-de-ossos-e-flagrante-da-luta-de-familias-brasileiras-contra-a-fome.ghtml.

FILGUEIRAS, Mariana. A grande fogueira. *Piauí*, 9 nov. 2017. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/a-grande-fogueira/. Acesso em: 12 abr. 2024.

FIUZA, Moema. Em valores de hoje, dívida externa deixada pela ditadura militar atingiria US$ 1,2 tri, quatro vezes a atual. *Jus Brasil*, 2014. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/noticias/em-valores-de-hoje-divida-externa-deixada-pela-ditadura-militar-atingiria-us-1-2-tri-quatro-vezes-a-atual/114847394#:~:text=Ao%20final%20de%201984%2C%20%C3%BAltimo,US%24%20189%2C7%20bilh%C3%B5es. Acesso em: 12 jul. 2024.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Apagar os rastros, recolher os restos. *In*: SEDLMAYER, S.; GINZBURG, J. (org.). *Walter Benjamin*: rastro, aura e história. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

GONÇALVES, Jener Cristiano. *Historiação Livro 1*: ditadura militar no brasil: do golpe de estado de 1964 à democracia. Edição kindle, 2014.

JUÍZA questiona autoria de música Roda Viva, de Chico Buarque. *ConJur*, 27 nov. 2022. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2022-nov-27/juiza-questiona-autoria-musica-roda-viva-chico-buarque/.

JUNIOR, Janary. Projeto revoga lei que declarou Paulo Freire patrono da educação. *Agência Câmara de Notícias*, 27 maio 2019. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/558470-projeto-revoga-lei-que-declarou-paulo-freire-patrono-da-educacao/.

LEAL, Cláudio. Entenda briga de Chico Buarque e Eduardo Bolsonaro sobre “Roda Viva”. *O Estado de Minas*, Belo Horizonte, 6 dez. 2022. Cultura. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/cultura/2022/12/06/interna_cultura,1430030/entenda-briga-de-chico-buarque-e-eduardo-bolsonaro-sobre-roda-viva.shtml. Acesso em: 11 jul. 2024.

LEGRAMANDI, Sabrina. Chico Buarque vence ações contra Eduardo e Flávio Bolsonaro e receberá R$ 48 mil de senador. *Terra*, 24 ago. 2023. Acesso em: https://www.terra.com.br/diversao/musica/chico-buarque-vence-acoes-contra-eduardo-e-flavio-bolsonaro-e-recebera-r-48-mil-de-senador,eb7ab9cc7381fd666c6167689563fcd6bak0g0fc.html. Acesso em: 10 jul. 2024.

NOGUEIRA, Bruno. Impactos do governo Jair Bolsonaro para as políticas públicas de cultura do Brasil. *Políticas Culturais em Revista*, Salvador, v. 16, n. 2, p. 153-178, jul./dez. 2023. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/52814/31492. Acesso em: 23 set. 2024.

PERA, Guilherme; MENEZES, Dyelle. *Escolas Cívico-militares estarão em 23 estados e no Distrito Federal em 2020*. 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/escolas-civico-militares#:~:text=O%20Programa%20Nacional%20das%20Escolas,%2C%20did%C3%A1tico%2Dpedag%C3%B3gica%20e%20administrativa. Acesso em: 10 fev. 2024.

RODA viva. Compositor e intérprete: Chico Buarque de Hollanda. *In*: CHICO Buarque, n. 3. São Paulo: RGE, 1968. 1 LP. Fonograma disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=IlgtW0wLSTQ. Acesso em: 10 jun. 2024.

RODRIGUES, Robson. Obras de infraestrutura do Brasil na Ditadura. *Guia do Estudante*, 17 jul. 2019. Disponível em: https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/obras-de-infraestrutura-do-brasil-na-ditadura/. Acesso em: 10 fev. 2024.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Balanço político-cultural do governo Bolsonaro. *In*: RUBIM, A. A. Canelas; TAVARES, M. (org.). *Cultura política no Brasil atual*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

SANTOS, Everton Silva; SILVA, Tamires Gomes da. A Passeata dos Cem Mil e seu vínculo com o Ato Institucional nº 5. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS E SOCIEDADE: OS DESAFIOS DA DEMOCRACIA E DOS DIREITOS SOCIAIS NO SÉCULO XXI, 1.; JORNADA DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM DIREITOS FUNDAMENTAIS E ESTADO, 3., 2018, Criciúma. *Anais* […]. Criciúma: Ed. UNESC, 2018. Disponível em: https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/AnaisDirH/article/view/4630/4227. Acesso em: 25 set. 2024.

SCHLESENER, Anita Helena. *Os Tempos da História*: leituras de Walter Benjamin. Brasília: Liber Livro, 2011.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (org.). *Direito à Memória e à Verdade*: comissão especial sobre mortos e desaparecidos políticos. Brasília, 2007. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/memoria.pdf. Acesso em: 10 fev. 2024.

SPOHR, Martina. Empresariado, ditadura e transição política: reflexões sobre o regime empresarial-militar no contexto do governo Ernesto Geisel (1974-1979). *Revista Tempo e Argumento*, v. 16, n. 41, p. 1-34, 2024. Disponível em: https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180316412024e0101/16861. Acesso em: 24 set. 2024.

TERRORISMO em Brasília: o dia em que bolsonaristas criminosos depredaram Planalto, Congresso e STF. *G1*, 8 jan. 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/o-dia-em-que-bolsonaristas-invadiram-o-congresso-o-planalto-e-o-stf-como-isso-aconteceu-e-quais-as-consequencias.ghtml.

VILELA, Pedro Rafael. Estudantes protestam em frente ao MEC contra cortes na educação. *Brasil de Fato*, 11 ago. 2021. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2021/08/11/estudantes-protestam-na-porta-do-mec-contra-cortes-na-educacao.

WELLE, Arthur; FURNO, Juliane; BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. *O poder de compra do salário mínimo: dos governos Lula a Bolsonaro*. Nota 18. Campinas: CECON, Unicamp, out. 2022. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/noticias/o-poder-de-compra-do-salario-minimo-dos-governos-lula-a-bolsonaro-nota-do-cecon-n-18.

Alexsander Fleming Da Silva é graduado em Educação Física pela UFSJ (2016), mestrando em Artes Cênicas (PPGAC/UFSJ) na linha de pesquisa "Cultura, Política e Memória". alexflemings@gmail.com

Heleniara Amorim Moura é doutora em Estudos Literários pela UFMG (2015). Mestre em Letras pela UFSJ (2007). Graduada em Letras pela UFSJ (2003). Professora de Literatura nos cursos integrados no Instituto Federal de Minas Gerais (Campus Ouro Branco). Atua como professora no Programa de Mestrado em Artes Cênicas (PPGAC/UFSJ) na linha de pesquisa "Cultura, Política e Memória". Desde 2001 é pesquisadora no estudo dos acervos teatrais e biografias. O estudo da produção literária e teatral contemporânea de autoria feminina tem sido tema de sua pesquisa. Em 2023, passou a integrar o GPAC (Grupo de Pesquisas em Artes Cênicas) da UFSJ. heleniara.moura@ifmg.edu.br

A *Opus* está licenciada sob uma licença CC-BY.